

Conversaciones...

Conversaciones...

ISSN: 2594-0813

ISSN: 2395-9479

conversaciones@inah.gob.mx

Instituto Nacional de Antropología e Historia

México

MATTOS, LORETE

O encontro da conservação de bens culturais e a psicanálise: uma metáfora possível

Conversaciones..., núm. 5, 2018, Junho, pp. 365-377

Instituto Nacional de Antropología e Historia

México

- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



LORETE MATTOS



LORETE MATTOS

Es conservadora-restauradora de libros y documentos. Graduada en Artes Plásticas por la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista en conservación y restauración de libros y documentos por la Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realizó sus actividades en la Colección Eicehnberg de Obras Raras de la UFRGS hasta 2015. En la actualidad realiza una formación psicoanalítica en el Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre – CEPdePA

Portada interior: RUA DOS JUDEUS

Imagen: Dominio público.



O encontro da conservação de bens culturais e a psicanálise: uma metáfora possível

LORETE MATTOS

Resumo

Levanta questões que afetam a conservação de patrimônio cultural atualmente e já eram tratadas nos textos de Riegl e Dehio no início do século XIX. Trata das contradições e antagonismos existentes na conservação e restauração de bens culturais. Discute a falta de definições claras quanto aos conceitos envolvidos, as dificuldades de implementação de uma política consensual de defesa do patrimônio e questões ligadas a educação patrimonial. Reflete sobre os objetivos da conservação do patrimônio cultural e os desencontros entre a teoria e a técnica. Relaciona os valores atribuídos à significância dos bens culturais para os indivíduos. Apresenta a metáfora arqueológica de Freud e uma tentativa de entender as questões relacionadas à conservação de patrimônio cultural através da ótica da psicanálise.

Palavras chave: Conservação, restauração, patrimônio cultural, psicanálise.

A conservação de bens culturais é um campo em constante avanço, mas que carrega contradições e antagonismos desde que surgiu. A atuação do conservador-restaurador suscita discussões intermináveis: conceitos, políticas, critérios, soluções, técnicas, filosofias, intenções, extensão, profundidade, entre outros, são temas que acaloram discussões em congressos, seminários e encontros, atravessados por questões mais abrangentes como história, estética, cultura, ciência, legitimidade, autenticidade, significância, relevância, representatividade, etc.

No Brasil os desafios começam pelo próprio nome da nossa profissão e dizem respeito a nossa identidade profissional: somos conservadores-restauradores, somos conservadores e restauradores ou seremos conservadores ou restauradores? Qual a formação requerida? Qual o perfil do profissional? Qual o nosso mercado de trabalho? Temos uma base conceitual comum? Podemos aplicar os princípios e conceitos estabelecidos para conservação e/ou restauração de arquitetura para outros materiais? É possível pensar a conservação e/ou restauração de um documento da mesma maneira que se pensa a conservação e/ou restauração de um filme?

Estas são algumas das questões que provocam intensos debates em congressos, seminários e encontros e para as quais não temos respostas definitivas. Uma intenção aqui, uma proposta ali, mas não existe consenso, seguimos em busca de uma unidade que sequer sabemos se é possível.



PORTO ALEGRE, VISTA AÉREA, 1900. Imagem: Domínio público.

Vivemos tempos tão contraditórios quanto os descritos por Georg Gottfried Dehio em seu texto de 1905, *La protección y el cuidado de los monumentos en el siglo XIX*. A questão central que ele coloca poderia facilmente ser colocada nos dias de hoje: o equilíbrio entre teoria e técnica, ou, se poderia dizer, a falta de equilíbrio entre o discurso e a ação. No Brasil a profissão de conservador-restaurador de bens móveis não é regulamentada e recentemente o cargo de restaurador foi extinto em várias instituições federais. Proliferam cursos de pequena duração prometendo habilitar pessoas a executar procedimentos técnicos sem as ferramentas conceituais adequadas para tomada de decisão. Convivemos com profissionais mal formados realizando intervenções automatizadas e sem fundamentação, faculdades de conservação e restauração estruturadas, mas que não recebem recursos adequados e associações que lutam para se manter ativas e poder fazer a ponte entre os profissionais e a sociedade e entre os profissionais e seus pares.

Um quadro bem diferente do que Dehio projetava. Ele mantinha uma esperança de que o século XX não repetisse as intervenções desastrosas que foram realizadas no século XIX, período em que os conceitos estavam ainda mais fragilmente estabelecidos. Adentrando o século XXI percebemos que ainda há um grande caminho a trilhar. Para Dehio, um historiador da arte, o mais adequado seria conservar e não restaurar. E, embora este conceito ganhe cada vez mais adeptos e seja cada vez mais difundido, Dehio, se ainda estivesse vivo (faleceu em 1932), estaria certamente decepcionado. Ao final do século XX não tínhamos situações muito diferentes àquelas do seu início. Se o avanço tecnológico conseguiu nos oferecer uma gama maior de possibilidades técnicas, da radiação gama à nanotecnologia, não avançamos muito nas questões conceituais e não chegamos a um consenso sobre qual a melhor forma de proteger o nosso patrimônio.



BODO EBHARDT DURANTE
A RESTAURAÇÃO
DO HOHKÖNIGSBURG

Imagem: Domínio público.

Em *Nuevas corrientes en el cuidado de los monumentos* Alois Riegl faz uma análise do pensamento de Dehio e do arquiteto alemão Bodo Ebhardt, que tinham discursos diametralmente opostos, e sugere que possa haver uma via intermediária:

[...] nos han acostumbrado desde hace mucho tiempo a considerar la posición de los arquitectos creativos y aquella de los historiadores de arte que se oponen por principio a cualquier intervención en los monumentos, como dos extremos, entre los cuales sin duda debe encontrarse un equilibrio para una práctica respetuosa pero realista del cuidado de los monumentos. Teniendo en cuenta que ambas partes comparten el mismo objetivo, por supuesto no se puede omitir a priori el pensamiento que, con buena voluntad, se podría encontrar por lo menos un punto medio entre ambos extremos, que no podría ser más que beneficioso (Riegl, 2018: 63).

Se considerarmos que o objetivo a que Riegl se refere é a conservação dos monumentos, cabe questionar o que exatamente queremos conservar? Fala-se em aspectos históricos, artísticos, culturais, antiguidade, etc e com isto estamos falando em valores. O que faz com que um prédio, um documento, um quadro, uma ruína, um livro, um filme ou qualquer outro artefato deva ser conservado? Atribuímos valores e associamos valores para encontrar um significado que faça com que aquele bem deva permanecer acessível às gerações futuras e isto vai além da materialidade.



CASTELO AGSTEIN. Imagem: Domínio público.

Esta compreensão, amplamente estudada e discutida por conservadores-restauradores e por estudiosos de memória social é, frequentemente, deficitária naqueles com poder de decisão e influência. Nosso patrimônio cultural mais importante está, em geral, aos cuidados do Estado que deveria atuar como fiel depositário e zelar pelos bens que pertencem a todos nós, mas nem sempre esta é a realidade. Quando a direção de instituições encarregadas da guarda e conservação de patrimônio é ocupada politicamente por burocratas alheios às intrincadas questões que atravessam esta atividade, cria-se uma condição de alto risco para a manutenção de sítios e coleções. Decisões baseadas em interesses econômicos, eleitoreiros ou qualquer outro que não se ampare no cuidado do que nos representa como cidadãos, podem ter consequências desastrosas. Estes gestores são a expressão máxima de uma população que não teve – e segue não tendo – acesso a uma educação patrimonial minimamente adequada. E Dehio já pontuava em 1905:

En todas las clases sociales debe penetrar la sensación de que un pueblo que posee tantos monumentos artísticos es un pueblo noble. Sólo cuando el pueblo está instruido sobre los argumentos del tema, entonces puede asumir la responsabilidad de una decisión en el momento en que surja un conflicto entre el presente y el pasado. Nosotros queremos practicar el cuidado de los monumentos sin sentimentalismos, sin pedantería, sin arbitrariedad romántica, como una expresión espontánea y natural de respeto hacia nosotros mismos, y como reconocimiento del derecho de los muertos por el bien de los vivos (Dehio, 2018: 39).

O final do século XX e início do XXI viu surgir um fenômeno que vem nos impactando sob varios aspectos: a internet. Se por um lado nos possibilitou compartilhar pensamentos e experiências através de um contato instantâneo com colegas de todas as partes e nos deu acesso a uma quantidade quase infundável de informação de qualidade, também permitiu um fluxo enorme de informações e opiniões não especializadas que contribuem para aumentar o

risco ao nosso patrimônio. De fórmulas de limpeza, tutoriais de ‘faça você mesmo’, divulgação de trabalhos feitos por pessoas sem formação e fazendo uso de abordagens equivocadas, até opiniões das mais variadas sobre conservação e restauração. Se, por um lado é interessante porque faz com que os profissionais venham a público expôr e esclarecer sobre a sua atuação, a sua formação e os seus projetos – e isto contribui para a educação patrimonial – por outro provoca uma tensão entre gestores e especialistas em que o resultado nem sempre é o mais adequado do ponto de vista da conservação do patrimônio.

Como conservadores, partimos da convicção de que o ‘como conservar’ está subordinado ao ‘por que conservar’ bem como ao ‘o que conservar’. No entanto restam questões como: conservamos matéria ou conservamos valores? Conservamos um espírito ou um sentimento? Se tivermos clareza sobre o que é e porque estamos intervindo em um objeto poderemos melhor definir como agir e estabelecer os limites da nossa ação – em termos de extensão e profundidade.

Talvez devêssemos, para tanto, tentar entender melhor de que patrimônio estamos falando, qual o seu significado e porque não podemos abrir mão da sua existência. Acreditamos que ao conservar elementos que vem do passado estamos em busca da compreensão do nosso presente para, quem sabe, poder projetar o nosso futuro. É fato sabido que criamos museus para manter a memória e, assim como o fazemos como um modo de júbilo por feitos notáveis de nossos antepassados, também o fazemos para manter presente tempos difíceis e com isso não permitir que se repitam, como é o caso dos Museus do Holocausto e dos Museus da Ditadura que existem em vários locais do mundo. Mantemos também a memória do que é comum, dos modos de vida, dos costumes e hábitos, das pessoas simples e do dia a dia. Para quê?



MEMORIAL DO HOLOCAUSTO, BERLIN. *Imagem: Valerie Magar.*

Ao analisar os posicionamentos dos dois autores – a opção por uma abordagem mais invasiva, caracterizada pela reconstrução defendida por Ebhardt em contraponto com a proposta de conservar e não restaurar de Dehio – Riegl transita por estas questões nos ajudando a pensar sobre como e porque intervir nos monumentos.

Sustenta que os aspectos históricos e artísticos, tão amplamente associados aos monumentos não dão conta de justificar porque os conservamos.

Dehio intuye correctamente que el esquema estético-científico de los “monumentos artísticos e históricos” ya no es aplicable hoy en día, y que el verdadero motivo del culto de los monumentos se basa en un sentimiento altruista que nos impone la piedad como deber interior, es decir, el sacrificio de ciertos intereses opuestos y egoístas. Sin embargo, Dehio interpreta este sentimiento altruista como un sentimiento nacional: “Protegemos al monumento como un elemento de nuestra existencia nacional” (Riegl, 2018: 64).

No entanto, esta concepção nacionalista não dá conta do choque que nos arrebatava ante a perda de bens pertencentes a outras culturas. Ao que Riegl reconhece como “valor de lo antiguo por sí mismo, prescindiendo de la nacionalidad de sus constructores” e conclui: “Visto bajo este aspecto, seguramente nos aparecerán como una parte de nuestra existencia, pero no de la existencia nacional, sino de aquella humana”.

Riegl acreditava que o que nos motiva a cuidar do patrimônio é um sentimento universal, humano. E para defender esta ampliação da compreensão do patrimônio como um bem concernente à existência humana que transpõe fronteiras, buscou uma analogia com a proteção aos monumentos naturais, que, já naquela época, vinham sendo fonte de preocupação. Uma concepção bastante moderna que só viria a ser regulamentada em 1972 pela UNESCO através da *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*.

Voltamos assim à questão: sobre o que estamos nos referindo quando falamos em conservar nosso patrimônio? Conservamos porque é bonito, porque faz parte da história dos nossos antepassados e conseqüentemente da nossa história? O que nos afeta quando estamos frente a um artefato que atravessou séculos para chegar até nós? E por que muitas vezes valorizamos mais o que vem de outra cultura do que o que nos é mais próximo?

Riegl ainda questiona a validade da busca da beleza ou do valor histórico dos monumentos para definir a sua importância. Segundo ele, a beleza só é acessada por quem tenha uma cultura estética, enquanto que o histórico necessita de uma cultura histórico-científica e, ainda assim, nenhum dos dois é suficiente para explicar o efeito que suscita no espectador moderno. Refere-se a um “sentimiento por sí mismo indefinible, que se manifiesta en una nostalgia insaciable de contemplación de lo ‘antiguo’” (Riegl, 2018: 69). Si contemplamos una casa, nos damos cuenta que es “antigua” y simplemente esto nos llena de placer”.

Considera assim, que há algo mais que nos faz preservar os monumentos, uma percepção de sua importância não apenas para nós, mas para a humanidade e segue, sendo absolutamente coerente com seu tempo e com a efervescência cultural que o cercava:

Que se haya ignorado durante tanto tiempo este aspecto de la cuestión y que hoy en día se siga desmintiendo con vehemencia, se puede explicar probablemente con el malestar que la persona erudita moderna prueba cada vez

que se enfrenta con algo que no puede comprender con la razón. El observador no quiere reconocer que no es capaz de explicar la sensación que experimenta durante la contemplación de un monumento, y vive así en la ilusión de que el monumento le agrada porque es bello o históricamente interesante (Riegl, 2018: 69).

Esta sensação inexplicável que Riegl nomina como um sentimento aparece de forma recorrente em seu texto, sinalizando que há algo de humano e de difícil explicação que pode influenciar na maneira como nos relacionamos com os monumentos e que está no cerne do que nos motiva a conservá-los. O mal estar do homem moderno ao qual se refere – e que será desenvolvido por Freud, em 1930, em *O mal estar na civilização* – nos dá uma pista de que poderíamos pensar sobre o cuidado com os monumentos a partir da psicanálise.

Em 1905, enquanto Riegl escrevia *Nuevas corrientes en el cuidado de los monumentos*, Sigmund Freud estava em pleno desenvolvimento da sua teoria psicanalítica e, para tanto, lançava mão, em inúmeras ocasiões, de metáforas tanto da arqueologia quanto da conservação e restauração de sítios e artefatos.

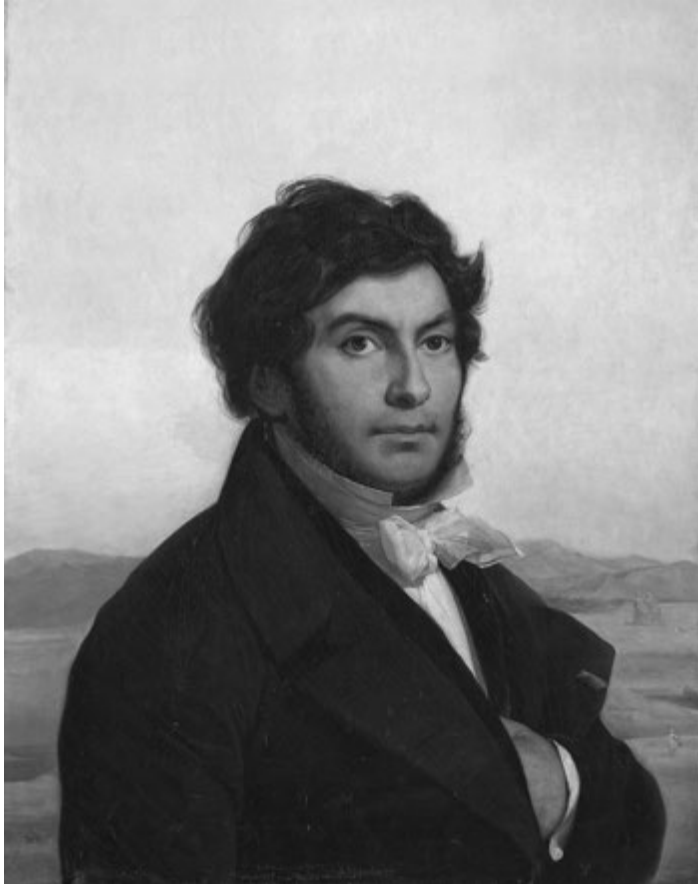
Freud nasceu em 1856 e cresceu em um ambiente intelectual num momento em que a arqueologia estava no auge. Após as campanhas no Egito, no final do século XVIII, e a decifração da Pedra Roseta em 1822, pelo francês Jean-François Champollion, as expedições e estudos arqueológicos alimentavam uma fascinação por antiguidade e pela história antiga além de abrirem caminho para um grande comércio de peças que chegavam à Europa em grande quantidade. Freud era um grande colecionador de antiguidades que comprava com facilidade na Viena do início do século XX. Com isso reuniu uma respeitável coleção e uma biblioteca que, pela sua composição, deixava claro que suas pesquisas “[...] dirigiam-se não apenas às experiências infantis de um indivíduo, mas também às origens da civilização e da cultura” (Botting, 1994: 192).

Freud queria que a psicanálise fosse uma disciplina científica e ao mesmo tempo popular como a arqueologia. Viu nas metáforas arqueológicas uma maneira de tornar a sua teoria simples e acessível.

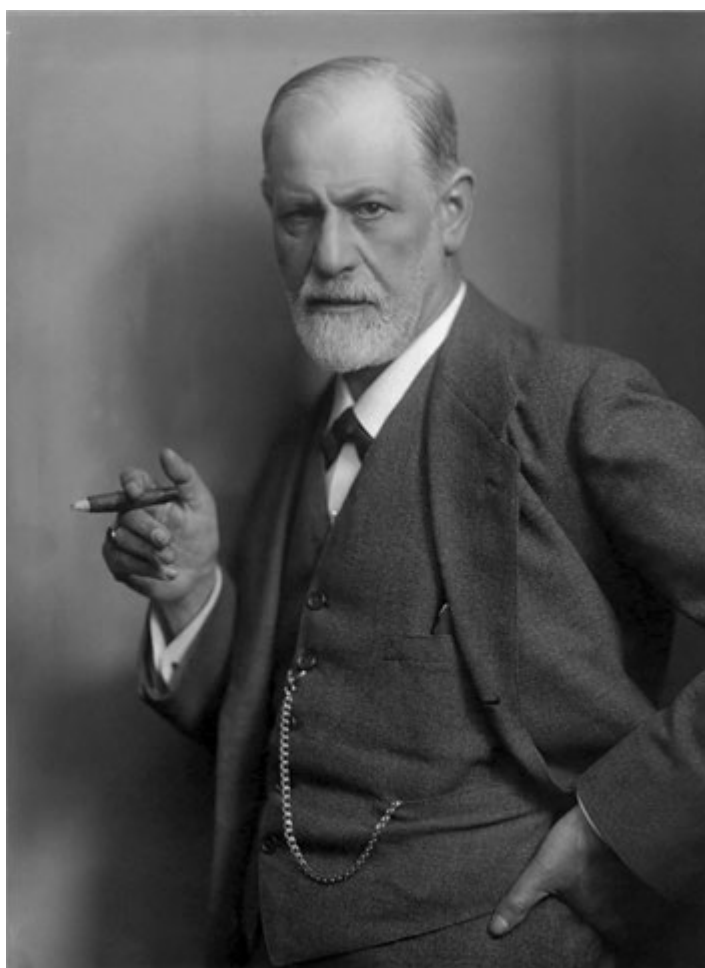
Aos olhos de Freud, a psicanálise, assim como a arqueologia, era uma investigação heróica de uma realidade lendária. [...] Ambas lidam com a presença e o poder inesperado do passado. Ambas são modos de recordá-lo. [...] Para Freud, a arqueologia e a psicanálise anunciam o mesmo paradoxo fundamental: são ambas formas de recuperar e articular o que permanece vivo – na verdade imortal – e continua a determinar nossa humanidade, ainda que pareça morto, enterrado ou perdido para sempre, permanentemente esquecido. O passado chega mesmo a parecer passível de esquecimento, por ser antiquado ou obsoleto, inadequado ao mundo real do presente e, portanto insignificante (Kuspit, 1994: 160).

Com isso Freud procurava tornar acessível “[...] o cerne do pensamento psicanalítico, se não os detalhes [...] sua orientação geral” (Kuspit, 1994: 159).

Entendendo a arqueologia como uma disciplina irmã da conservação e considerando as metáforas arqueológicas utilizadas por Freud, poderíamos, numa espécie de pensamento reverso, tentar entender as questões que afetam a conservação de bens culturais através da psicanálise?



FRANÇOIS CHAMPOLLION. Léon Cogniet (1831). *Imagem: Domínio público.*



SIGMUND FREUD BY MAX HALBERSTADT, CA. 1921. *Imagem: Domínio público.*

Em *O mal-estar na civilização*, Freud faz uma extensa analogia entre o aparelho psíquico e Roma antiga para demonstrar que, assim como Roma apresenta aspectos de suas várias fases históricas, a psique se compõe estratigraficamente através de camadas de marcas e traços psíquicos que vão se sobrepondo ao longo da existência.

Façamos agora a fantástica suposição de que Roma não seja uma morada humana, mas uma entidade psíquica com um passado igualmente longo e rico, na qual nada que veio a existir chegou a perecer, na qual, juntamente com a última fase do desenvolvimento, todas as anteriores continuam a viver. [...] Onde agora está o Coliseu poderíamos admirar também a desaparecida Domus Aurea, de Nero; na Piazza dela Rotonda veríamos não só o atual Panteão, como nos foi deixado por Adriano, mas também a construção original de Agripa; e o mesmo solo suportaria a igreja de Maria Sopra Minerva e o velho templo sobre o qual ela está erguida (Freud, 2011: 13-14).



DOMUS AUREA. Imagem: Valerie Magar.

Esta fantasia descreve uma situação inimaginável para uma cidade: a possibilidade de conservar tudo, uma vez que todas as cidades estão sujeitas a demolições e substituições. Mas através desta imagem tenta representar visualmente um fenômeno que acontece na vida psíquica. Freud complementa dizendo:

Talvez devêssemos nos contentar em afirmar que o que passou pode ficar conservado na vida psíquica, não tem necessariamente que ser destruído. De toda maneira é possível que também na psique elementos antigos sejam apagados ou consumidos – via de regra ou excepcionalmente – a tal ponto que não possam mais ser reanimados e restabelecidos, ou que em geral a conservação dependa de certas condições favoráveis. É possível, mas nada sabemos a respeito. Podemos tão só nos ater ao fato de que a conservação do passado na vida psíquica é antes a regra do que a surpreendente exceção (Freud, 2011: 15).

Esta analogia nos permite pensar numa questão básica nas decisões em conservação de bens culturais: a seleção do que poderá ou deverá ser conservado partindo do pressuposto que, uma vez que os bens culturais estão expostos a uma infinidade de agressores, o que chega aos nossos dias é uma fração, nem sempre íntegra, de elementos do passado. Elementos materiais que carregam valores que, por sua vez, lhes confere um significado.

Neste sentido, Dehio nos lembra que a passagem do tempo altera o significado dos bens e, embora tenhamos o suporte material, não teremos mais a percepção do seu significado tal como era percebido por seus contemporâneos. Se através da psicanálise é possível reviver os eventos traumáticos e resignificá-los, quebrando assim uma cadeia de repetições, pensamos que o esforço em conservar os bens de nossos antepassados possa estar a serviço de uma busca identitária dos elos de uma cadeia de significados que possa conferir mais sentido a nossa existência.

Para Kuspit (1994: 162) a “arqueologia simboliza a psicanálise naquilo que ela tem de mais revelador e revolucionário [...]” e complementa:

Para a psicanálise, a vida que ocorre na situação clínica não deve ser entendida em seu valor nominal, mas como local para a escavação da vida passada, de modo a descobrir a sua verdadeira construção. A constante recusa da psicanálise em aceitar o presente como dado conduz diretamente ao seu caráter de empreendimento arqueológico. Além disso, o processo de investigação psico-arqueológica é o começo do processo de mudança psíquica. Pois a investigação arqueológica é um ato preliminar de intervenção, propiciando percepções preliminares. É uma forma de interpretação parcial, ou pré-interpretação, ou sugestão propedêutica da necessidade de mudança. É o incômodo despertar necessário para a aguda consciência plena. O ato de descobrir o passado coloca necessariamente em questão o presente psíquico, prometendo transformações (Kuspit, 1994: 162).

Assim, podemos pensar que o nosso ato de coletar e conservar bens vem ao encontro de nossa busca por sentido, uma busca por entender como se deu a construção do presente. Buscamos através de partes, muitas vezes muito pequenas, indícios, pistas ou indicações que nos permitam reconstruir o desenvolvimento da humanidade. Quais os passos desta caminhada e em que medida a evolução do pensamento nos conduziu ao que somos hoje.

Se considerarmos válida esta assertiva, como explicar por que, contraditoriamente, é o ser humano que destrói boa parte do patrimônio? Seria um processo voluntário de negação de um passado sofrido e opressor, um processo imposto de cerceamento de identidade, um ciclo natural de destruição e construção ou um recurso inconsciente para ocultar algo que não pode ser suportado?

Prédios, bibliotecas, obras de arte e incontáveis monumentos são destruídos por conflitos políticos, ideológicos, religiosos, ou, simplesmente, para construir o novo no lugar do antigo. Também o descaso, o abandono, a falta de investimento e conservação são uma maneira passiva de destruição, geram marcas que se incorporam ao bem e também contam uma história. Assim são as ruínas que denunciam com mais força os eventos que ali se passaram. Negar esses eventos é falsear a história que nos constitui. Coletando as informações que uma ruína nos apresenta, podemos reconstruí-la virtualmente e, com isso, imaginar como teria sido antes dos eventos que causaram as suas perdas. A reconstrução material apagará traços e vestígios e todo significado conceitual que a ruína carrega estará perdido, como o sentimento, a aura, o que nos faz ver ali o que já não está. Reconstruir uma ruína é um processo de negação das marcas do tempo, da história e da nossa própria ruína. A ruína que não queremos ou não suportamos ver. Embora este modo de pensar pareça unânime, se considerarmos as ruínas gregas, para citarmos apenas um exemplo, se torna muito mais difícil de aplicar em construções que não estão sob a proteção de um sítio arqueológico.



GRADIVA
Museu do Vaticano
Imagem: Domínio público.

Nesse sentido, é interessante observar como criamos ícones do passado e o reverenciamos, mas não conseguimos dedicar a mesma reverência aos bens que foram deixados pelos antepassados mais próximos a nós. Muitas pessoas viajam, atravessam continentes para maravilharem-se com obras de arte, arquitetura e ruínas sem nunca ter entrado em um único museu em sua cidade de origem. Resta uma questão: o que pode haver no nosso passado que não podemos ver?

Freud considera a psicanálise uma construção – ou reconstrução – do que foi esquecido a partir dos traços que foram deixados com objetivo de ter uma consciência mais íntegra do nosso presente. Em *Construções em análise* (1937) ele coloca:

Seu trabalho de construção [referindo-se à psicanálise]. Ou se se preferir, de reconstrução, assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo, de alguma morada que foi destruída e soterrada, ou de algum edifício. Os dois processos são de fato idênticos, exceto pelo fato de que o analista trabalha em melhores condições e tem mais material a sua disposição para ajudá-lo, já que aquilo com que está tratando é algo destruído, mas algo que ainda está vivo – e talvez por outra razão também. Mas assim como o arqueólogo ergue as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, assim também o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito da análise. Ambos possuem direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram. Ambos, ademais, estão sujeitos a muitas das dificuldades e fontes de erro (Freud, 1996: 273).

Embora se refira à reconstrução de ruínas históricas, Freud pontua que, pela falta de todas as informações necessárias, isto só é possível até certo ponto e conclui sinalizando uma diferença que afasta a psicanálise da arqueologia:

[...] há que manter em mente que o escavador está lidando com objetos destruídos, dos quais grandes e importantes partes certamente se perderam, pela violência mecânica, pelo fogo ou pelo saque. Nenhum esforço pode resultar em sua descoberta e levar a que sejam unidas aos restos que permaneceram. O único curso que se lhe acha aberto é o da reconstrução, que, por essa razão, com frequência só pode atingir um certo grau de probabilidade. Mas, com o objeto psíquico cuja história primitiva o analista está buscando recuperar, é diferente. Aqui, defrontamo-nos regularmente com uma situação que, com o objeto arqueológico ocorre apenas em circunstâncias raras, tais como de Pompéia ou da Tumba de Tutancâmon. Todos os elementos essenciais estão preservados; mesmo coisas que parecem completamente esquecidas estão presentes, de alguma maneira e em algum lugar, e simplesmente foram enterradas e tornadas inacessíveis ao indivíduo (Freud, 1996: 273).

Por fim, uma vez que não nos é possível coabitar o passado, Freud também aponta que a intervenção psicanalítica, assim como a restauração de um artefato, deve primar pela verdade, apontando onde houve intervenção:

Ante o caráter incompleto de meus resultados analíticos, não me restou senão seguir o exemplo daqueles descobridores que tem a felicidade de trazer à luz do dia, após longo sepultamento, as inestimáveis embora mutiladas relíquias da antiguidade. Restaurei o que faltava segundo os melhores modelos que me eram conhecidos de outras análises, mas, como um arqueólogo consciencioso, não deixei de assinalar em cada caso o ponto onde a minha construção se superpõe ao que é autêntico (Freud, 1996: 23).

Refletir sobre a conservação de patrimônio pela ótica da psicanálise parece conferir um aspecto mais orgânico a nossa atividade e já se fazia notar nas entrelinhas do texto de Riegl de 1905. Ao referir-se a um sentimento como justificativa para conservação dos monumentos, se mostra alinhado a um momento histórico de um grande fervilhar intelectual e uma perfeita coerência com o pensamento freudiano. A conservação como uma manifestação humana mais integrada às raízes da nossa existência e do que nos constitui. Se a conservação e a psicanálise trabalham com o passado, com restos, traços e vestígios, o que uma pode aprender com a outra? Entender o passado pode ser a chave para um presente mais promissor e sustentável. Não é uma tarefa fácil, mas se consideramos que o passado é uma parte viva de nosso presente, talvez possamos trabalhar na sua conservação de maneira mais consciente e generosa com os que nos antecederam e com os que nos sucederão.

*

Referências

- Botting, Wendy e J. Keith Davies (1994) "A Biblioteca de Freud e um apêndice de títulos relacionados a antiguidades", in: *Sigmund Freud e arqueologia: sua coleção de antiguidades*, Salamandra, Rio de Janeiro, pp. 191-194.
- Dehio, Georg (2018) "La protección y el cuidado de los monumentos en el siglo XIX", *Conversaciones... con Georg Dehio, Alois Riegl y Max Dvořák* (5): 29-44.
- Dvořák, Max (2018) "El catecismo del cuidado de los monumentos", *Conversaciones... con Georg Dehio, Alois Riegl y Max Dvořák* (5): 102-126.
- Freud, Sigmund (1996) "Construções em análise", in: Jayme Salomão (org.), *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Imago, Rio de Janeiro, pp. 271-283.
- Freud, Sigmund (1996) "Fragmento da análise de um caso de histeria", in: Jayme Salomão (org.), *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Imago, Rio de Janeiro, pp. 15-116.
- Freud, Sigmund (2011) *O mal-estar na civilização*, trad. Paulo César de Souza, Penguin Classics Companhia das Letras, São Paulo.
- Kuspit, Donald (1994) "Uma metáfora poderosa: a analogia entre a arqueologia e a psicanálise", in: *Sigmund Freud e arqueologia: sua coleção de antiguidades*, Salamandra, Rio de Janeiro, pp. 159-177.
- Riegl, Alois (2018) "Nuevas corrientes en el cuidado de los monumentos", *Conversaciones... con Georg Dehio, Alois Riegl y Max Dvořák* (5): 62-75.